



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e  
desigualdades**

**O SERVIÇO SOCIAL E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO IFPR.**

**RENATA PACHECO ABREU<sup>1</sup>**

**WAGNER ROBERTO AMARAL<sup>2</sup>**

**RESUMO:**

O presente trabalho é resultado de parceria e coautoria entre pesquisadora de doutorado e o professor orientador. Reflete sobre possibilidades de contribuição do Serviço Social para a permanência de estudantes indígenas no âmbito da educação profissional e tecnológica. Também apresenta o Instituto Federal do Paraná (IFPR), lócus da pesquisa de doutorado, e evidencia dados sobre a presença de estudantes indígenas na Rede de Educação Profissional e Tecnológica e no IFPR.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Questão Indígena; Educação Profissional e Tecnológica.

**ABSTRACT:**

This work is the result of partnership and co-authorship between a doctoral researcher and a supervising professor. It reflects on possibilities for Social Work to contribute to the retention of indigenous students in professional and technological education. It also presents the Federal Institute of Paraná (IFPR), the locus of Doctoral research, and highlights data on the presence of indigenous students in the Professional and Technological Education Network and the IFPR.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina

**Keywords:** Social Service; Indigenous Question; Professional and Technological Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de parceria e coautoria entre pesquisadora de doutorado e o professor orientador e pretende refletir sobre as possibilidades de contribuição do Serviço Social para a permanência de estudantes indígenas no âmbito da educação profissional e tecnológica.

O texto também apresenta, brevemente, o Instituto Federal do Paraná (IFPR), lócus da pesquisa de doutorado de um dos autores e evidencia alguns dados sobre a presença indígena na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REPCT), incluído nesta rede o IFPR.

## 2. O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR)

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) surgiu no cenário educacional brasileiro a partir da promulgação da Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REPCT). Esta lei transforma 08 Escolas Técnicas vinculadas à Universidades Federais, 31 CEFETs e 39 Escolas Agrotécnicas Federais em 38 Institutos Federais (IFETs), que juntamente à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ao Colégio Pedro II, aos CEFETs de Minas Gerais e Rio de Janeiro e outras 24 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, passam a compor a REPCT.

Para Amorim (2013) tais institutos não são instituições propriamente novas, uma vez que a criação de um IFET poderia se dar a partir da integração de duas ou mais instituições federais de educação profissional de um mesmo estado, ou da transformação de Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais ou Escolas Técnicas vinculadas a Universidade, em IFETs.

O IFPR foi criado a partir da transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Organizado em estrutura multicampi, o IFPR conta com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria, exceto no que diz respeito à pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. Segundo dados de sua página eletrônica institucional<sup>3</sup>, atualmente o IFPR está presente em 30 cidades do Estado do Paraná e conta com cerca de

<sup>3</sup> Disponível em <<https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/sobre-o-ifpr/>>. Acesso em 15 de ago 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

30.000 alunos e 2700 profissionais que atuam tanto na área acadêmica quanto na administrativa. O Instituto oferece 30 cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio, 31 cursos técnicos subsequentes, 47 cursos de graduação e 5 programas de mestrado.

Desde seu primeiro processo seletivo, realizado em 2009, o IFPR possui sistema de reserva de vagas. No processo seletivo 2009/2010, eram reservadas 40% das vagas, sendo 20% para cota racial e 20% para cota social (para candidatos oriundos de escola pública). Destaca-se que a primeira referência a reserva de vagas para estudantes indígenas e pessoas com deficiência ocorreu no processo seletivo seguinte (2010/2011), com a reserva de 5% das vagas para estudantes indígenas e 5%, para pessoas com deficiência.

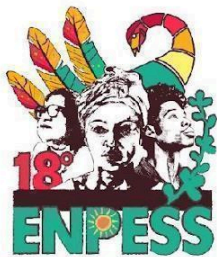
No último processo seletivo, realizado em 2023, a reserva de vagas foi de 80%, sendo assim divididas para cada curso e turma: a) 60% de vagas para candidatos oriundos de escola pública (50% para candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita* e 50% para candidatos com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*; b) 10% de vagas para candidatos autodeclarados pretos ou pardos; c) 5% de vagas para candidatos autodeclarados indígenas e d) 5% de vagas para candidatos deficiência, ficando 20% das vagas ofertadas para cada curso e turma para concorrência geral (IFPR, 2015).

O IFPR também possui uma política de assistência estudantil que está pautada no Decreto 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Instituída a partir da Resolução IFPR nº 11/2009, a Política de Apoio Estudantil é compreendida como:

[...] conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais econômicos e sociais.

Parágrafo único. Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã. (IFPR, 2009)

Embora o respeito à diversidade étnica conste como premissa da política em questão, não foram encontradas referências sobre formas específicas para atendimento à diversidade citada, principalmente no que se refere à garantia da permanência. A única menção direta à questão étnica em programas de bolsas e auxílios da assistência estudantil ocorre em editais de seleção para bolsas e auxílios, onde há a exigência de uma declaração para comprovação de pertencimento à comunidade indígena, que deve ser assinada por representante da FUNAI ou



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

liderança da terra indígena. Tal comprovação gera uma pontuação no cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social, instrumento utilizado na seleção de estudantes para recebimento de bolsas e auxílios dos programas de assistência estudantil<sup>4</sup>.

A partir de 2018, o IFPR passou a contar com Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), instituídos a partir da Resolução IFPR nº 71. Os NEABIs destinam-se a:

[...] fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR, de forma indissociável ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, atendendo ao disposto na Legislação Educacional brasileira e buscando a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial. (IFPR, 2018)

É possível que o fortalecimento dos NEABIs no âmbito do IFPR constitua-se em importante estratégia para o fomento do debate sobre a questão indígena e proposição de políticas específicas para atendimento de estudantes indígenas. Da mesma forma, a partir das ações implementadas pelo NEABIs o surgimento de novos grupos de estudo e pesquisas podem vir a contribuir para a construção de referenciais teóricos sobre o tema da educação profissional e tecnológica indígena.

### 3. A PRESENÇA INDÍGENA NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha<sup>5</sup>, no ano de 2023 havia 9.173 (0,55% do total de matrículas) estudantes indígenas matriculados nas 539 unidades da REPCT, que juntas, ofertavam um total de 451.519 vagas para pessoas indígenas. Dados da mesma plataforma indicam que 3.432 estudantes indígenas concluíram seus cursos.

<sup>4</sup> Anexo I da Resolução 66/2018 (Quadro de Pontuação para cálculo do Índice de Vulnerabilidade do candidato). Disponível em: <[https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?2kzldPuJRKzvKvnsxjKKY4M9Ta2XJq5jmjdkRolzLITY71lg1niPF-JB7pziWi6OJOvucOuH7GdJMHqqRE71caa3GNxmseLAcOfhHOf2ribq5NqstfJcZ2fi17nqpcp](https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?2kzldPuJRKzvKvnsxjKKY4M9Ta2XJq5jmjdkRolzLITY71lg1niPF-JB7pziWi6OJOvucOuH7GdJMHqqRE71caa3GNxmseLAcOfhHOf2ribq5NqstfJcZ2fi17nqpcp)>. Acesso em: 02 de mai 2023.

<sup>5</sup> A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). (Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>>. Acesso em: 18 de ago 2024.

O ano de 2017 é o primeiro ano que possui dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, seguindo até o ano de 2023. Os primeiros dados disponíveis sobre estudantes indígenas referem-se ao ano de 2018, ano em que o número de matrículas deste grupo era de 5.006 matrículas, representando 0,52% do número total de vagas disponibilizadas para povos indígenas na REPCT. Embora em termos percentuais não seja possível observar um aumento do número de estudantes indígenas da REPCT, quando analisamos exclusivamente o quantitativo de estudantes, identificamos que este número quase dobrou. De 5.006 matrículas em 2018 para 9.173 em 2024, um aumento de 183%.

Em que pese os dados quantitativos elencados, entendemos que ainda é necessário aprofundar a investigação para que possamos analisar diversos fatores que podem contribuir (ou não) para a procura de indígenas pela educação profissional e tecnológica, bem como para sua permanência e conclusão de curso. São aspectos como: regiões em que se encontram as instituições de ensino com maior número de estudantes indígenas; quais instituições possuem uma política de atendimento específica para estudantes indígenas, incluindo políticas de acesso e de permanência; quais os cursos ofertados em cada instituição; qual a proximidade das mesmas com terras indígenas e outros fatores que podem ser levantados durante a realização da pesquisa em andamento.

Delimitando a pesquisa especificamente para o IFPR, a Plataforma Nilo Peçanha informa que em 2017 e 2018 não houve matrículas de estudantes indígenas na instituição. A primeira referência à matrícula de estudante indígena ocorreu apenas em 2019, quando foram registradas 11 matrículas deste grupo. Em 2020, este número foi de 23 matrículas. Em 2021 e 2022, os dados da plataforma informam os quantitativos de 44 e 38 matrículas, respectivamente. Em 2023, o quantitativo foi de 40 matrículas, registrando um aumento de 363% no número de matrículas de estudantes indígenas. Um aumento que parece grande, mas quando comparado com o número de vagas ofertadas por meio da política de cotas, percebemos o quão escasso tem sido o acesso da população indígena ao IFPR. A Plataforma Nilo Peçanha informa a oferta de 241 vagas em 2019 e de 305 vagas em 2023, vagas estas que não foram preenchidas por candidatos indígenas e que, de acordo com as normas dos editais do IFPR, migram para outras cotas (social, pessoas pretas e pardas e pessoas com deficiência), caso também não sejam preenchidas nas outras cotas, migram para vagas de ampla concorrência.

Partindo destes dados, neste momento, nos deteremos à realidade do IFPR, especialmente do Campus Londrina, campo de inserção profissional de um dos autores como

assistente social, atuante na política de assistência estudantil e em contato direto com estudantes indígenas do campus.

O ingresso dos primeiros estudantes indígenas no Campus Londrina ocorreu em 2020, quando dois indígenas da etnia Kaingang, uma mulher e um homem, matricularam-se em curso de nível médio (técnico subsequente) e em curso de graduação (licenciatura), respectivamente. Ambos provenientes da Terra Indígena Apucarantina, localizada no município de Tamarana, situada a 100 km do município de Londrina.

A chegada dos estudantes indígenas no referido campus exigiu do corpo docente e técnico-administrativo uma aproximação com a questão indígena, até então desconhecida pela maioria dos servidores e servidoras. Após o ingresso dos estudantes, observou-se alguns desafios que estes enfrentam para manterem-se na instituição, tais como: dificuldade para locomoção até o campus, considerando que residem na terra indígena demandando deslocamento diário por estradas sem pavimentação asfáltica; necessidade de adaptações pedagógicas e planos alternativos para atendimentos às necessidades educacionais específicas e acompanhamento contínuo pela equipe da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis<sup>6</sup> (SEPAE), envolvendo aspectos pedagógicos e socioeconômicos, dentre eles, atendimentos com auxílios da assistência estudantil. Importante ressaltar que todas/os as/os estudantes indígenas matriculados são bilingues tendo como primeira língua o Kaingang e a língua portuguesa como segunda língua, o que gera maiores desafios na compreensão dos conteúdos acadêmicos.

Destacamos que a suspensão das atividades presenciais no campus, em março de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, potencializou todas estas dificuldades. Novos ingressos de estudantes indígenas, provenientes do mesmo território indígena, aconteceram nos anos subsequentes. Atualmente, o campus possui 08 estudantes indígenas matriculados, sendo 06 em cursos técnicos subsequentes (nível médio) e 02 em curso de licenciatura (nível superior). Em 2024, mais 04 estudantes chegaram a se matricular em cursos do campus, mas por

---

<sup>6</sup> Segundo o Manual de Competências (IFPR, 2015), a SEPAE é o órgão responsável por auxiliar os docentes e alunos nas ações referentes ao processo de ensino-aprendizagem articulado com a assistência estudantil. Dentre suas competências, destaca-se a responsabilidade por: auxiliar na elaboração de estratégias para a solução dos problemas apresentados em relação à evasão e repetência; fazer o acompanhamento socioeconômico dos alunos, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino e implementar a manutenção dos programas de assistência estudantil mantidos pelo IFPR no campus, através de atividades como divulgação dos editais para a comunidade; recebimento e organização de documentos dos alunos; cadastramento de dados dos alunos e preenchimento de relatórios e planilhas (IFPR, 2015). Atualmente, a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis do Campus Londrina é composta por 01 assistente social, 03 psicólogos, 03 técnica em assuntos educacionais, 05 intérpretes de libras, 03 pedagogas e 03 assistentes de alunos.

dificuldades com transporte para a cidade da instituição, não deram andamento ao curso. Evidencia-se que as dificuldades para permanência dos estudantes indígenas no curso continuam semelhantes às daqueles estudantes que ingressaram em 2020.

Neste contexto, surgem indagações sobre em que medida há o reconhecimento, por parte do IFPR, dos desafios enfrentados pelos estudantes indígenas para sua permanência e como a instituição tem respondido a esta demanda. É sabido que a instituição possui uma política de assistência estudantil para atendimento de estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas seria ela suficiente para atender as especificidades dos estudantes indígenas? Para o objetivo deste trabalho, questiona-se, principalmente, de que forma o Serviço Social pode contribuir neste processo.

#### **4. POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS ESTUDANTES INDÍGENAS DO IFPR - CAMPUS LONDRINA**

O compromisso ético-político do Serviço Social em defesa de classes historicamente subalternizadas e com a luta pela eliminação de todas as formas de opressão, preconceito e discriminação, conecta profundamente a profissão com a questão indígena.

Considerando que a questão indígena coloca-se no cenário brasileiro como uma das expressões da questão social, entendemos como necessária e urgente a aproximação do Serviço Social com este debate. Nos últimos anos, observamos que entidades organizativas da categoria profissional vêm se posicionando sobre a questão indígena, demonstrando uma preocupação com o tema.

Em 2013, temos a publicação “CFESS Manifesta - 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena”, fruto do 42º Encontro Nacional do Conjunto Conselho Federal/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS), onde os assistentes sociais reunidos, compreendendo a importância da atuação e inserção nesse debate, aprovaram articular e apoiar as lutas dos movimentos sociais pelo direito à terra, bem como intensificar a discussão no conjunto CFESS/CRESS sobre os povos indígenas e outras comunidades tradicionais.

Em 2022, a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas<sup>7</sup> publicou o Manifesto

---

<sup>7</sup> Grupo constituído a partir da interação de participantes do Grupo de Trabalho - Serviço Social, Políticas Sociais e Povos Indígenas no Brasil durante o I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico- Raciais, ocorrido em 2020. A partir desse evento, articulou-se uma rede de pesquisadores em Serviço Social,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ao Serviço Social Brasileiro, que coloca a questão indígena como pauta fundamental a ser debatida pela categoria profissional e a importância de ser considerada bandeira de luta dos assistentes sociais e suas entidades representativas. Em 2023, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publica a obra intitulada “Serviço Social e as Relações Internacionais”, que apresenta textos referentes às mesas realizadas durante o Seminário Latino-americano e Caribenho sobre Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos. O objetivo do evento foi debater e formular a agenda política sobre a questão indígena no Brasil e na América Latina e Caribe, no âmbito da formação e intervenção profissional e política de assistentes sociais. Uma carta-compromisso foi elaborada durante o evento elegendo pontos importantes para a agenda das organizações representativas do Serviço Social brasileiro e internacional.

A produção de tais documentos, resultados de debates realizados sobre a questão indígena, reforça a importância da atuação do Serviço Social junto aos povos indígenas nas mais diferentes esferas das políticas sociais (AMARAL; BILAR, 2020).

Destacamos também que a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social, define competência e atribuições que reforçam a vinculação da profissão com a questão indígena, como, por exemplo, a elaboração, implementação e avaliação de políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas, entidades e organizações populares; o planejamento, execução e avaliação de pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; a orientação de indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; e a prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (BRASIL, 1993).

É neste sentido que, a partir do ingresso de estudantes indígenas no Campus Londrina, o Serviço Social da unidade inicia um processo de aproximação com o debate sobre a questão indígena, buscando envolver também a comunidade acadêmica. Pensando nisso, o Serviço Social convidou professor pesquisador da temática para realização de formação para docentes e demais servidores, com o objetivo de prepará-los, ainda que minimamente, para a recepção dos novos estudantes.

---

assistentes sociais e apoiadores em âmbito nacional para aprofundar o debate a respeito da temática indígena, bem como da atuação profissional junto aos povos indígenas e da luta e defesa dos direitos voltados aos povos originários (ARTICULAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS, 2022).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Outra ação realizada pelo Serviço Social neste momento foi o contato com os estudantes antes do início das aulas para conhecê-los e entender suas condições objetivas para frequências às aulas, como forma de deslocamento para o campus, se residem na mesma cidade da instituição ou se estão em territórios indígenas, se precisaram mudar para frequentar as aulas e se possuem rede de apoio para a permanência na instituição. Entendida a importância desta aproximação inicial, o Serviço Social adotou como prática esta ação com cada estudante indígena ingressante nos anos posteriores. Além disso, o acompanhamento pelo Serviço Social dos estudantes indígenas, ingressantes e já matriculados em anos anteriores, possibilitou que a assistente social conhecesse mais sobre seu contexto familiar e comunitário, construindo análises para além das condições de renda familiar.

A mobilização do Serviço Social com vistas à permanência dos estudantes indígenas também a levou ao seu envolvimento com questões didático-pedagógicas, buscando construir junto ao corpo docente e equipe pedagógica estratégias para atendimento aos estudantes de forma a respeitar aspectos culturais e linguísticos dos modos de viver indígena.

Observamos também que a atuação da assistente social contribuiu para uma reconfiguração do NEABI, a partir da sensibilização da gestão do campus e de alguns docentes e técnico-administrativos sobre a questão indígena, levando ao conhecimento do grupo as demandas dos estudantes e as dificuldades que enfrentam para permanência na instituição. Esta sensibilização foi potencializada a partir do contato de docentes com estudantes indígenas em sala de aula, em atividades de estágio supervisionado e em orientação de TCC, onde as relações se estreitam e os servidores passam a conhecer os desafios e obstáculos enfrentados pelos estudantes indígenas.

Entendemos que a atuação do Serviço Social junto aos estudantes indígenas desde o ingresso do primeiro estudante foi fundamental para aproximar os servidores e gestão do campus da questão indígena. Ao mesmo tempo, sabemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que haja um comprometimento institucional com a permanência de estudantes indígenas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos últimos anos, a questão indígena, entendida como expressão da questão social, tem se intensificado à medida que ganham destaques notícias sobre constantes conflitos violentos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

entre latifundiários e indígenas. A luta pela demarcação de terras representa toda a resistência dos povos indígenas, contudo, os conflitos gerados levam a população indígena a diversas situações de violência e vulnerabilidades, como condições de moradias precárias, problemas com álcool e de saúde mental, como a questão do suicídio de jovens. Neste contexto, a atuação do Serviço Social junto à população indígena faz-se necessária em diferentes políticas sociais. No âmbito da educação, a luta dos povos indígenas pelo acesso a esta política é histórica e igualmente carregada de resistência.

Considerando o projeto ético-político do Serviço Social, que posiciona-se em defesa da classe trabalhadora e classes historicamente subalternizadas, entendemos como fundamental o envolvimento da categoria profissional com este debate nas instituições de ensino, em todos os níveis e em diferentes modalidades.

Ressaltamos também a necessidade de aprofundamento do debate entre a categoria profissional, desde a formação até o desenvolvimento de pesquisas e produção de referenciais teóricos que subsidiem as ações profissionais no âmbito do Serviço Social.

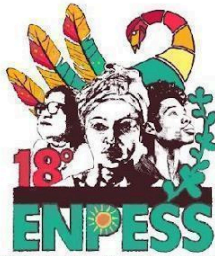
Assim, acreditamos que a atuação de assistentes sociais durante o percurso de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica pode contribuir para sua permanência à medida que, quando acionadas as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão, podem ser construídas práticas que favoreçam a interculturalidade, com o reconhecimento de outros saberes e epistemologias.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Wagner R.; BILAR, Jenifer. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, 2020, v. 18, p. 180 – 195

AMORIM, Mônica Maria T. A organização dos institutos federais, ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira. 2013. 245 fls. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS. **Serviço Social e Povos Indígenas: aproximações e desafios do tempo presente**. Instagram: @ssepovosindigenas. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ssepovosindigenas?igsh=NjB5dXZvejl3NmJh>>. Acesso em: 03 de mar. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. **Lei no 8.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 08 de jun. 1993, Seção 1, p. 7613. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)>. Acesso em: 17 de abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência, Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 30 de dez. 2008, p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 02 de mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 de jul. 2010, p. 5. Disponível em: . Acesso em: 15 de jul. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS Manifesta - 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.** Brasília: CFESS, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social e as relações internacionais.** Brasília: CFESS, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Resolução nº 11, de 21 de dezembro de 2009. **Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná.** Disponível em: <<http://ifpr.edu.br/resolucao-112009>>. Acesso em 02 de abr. de 2023.

\_\_\_\_\_. Manual de Competências. 2015. Disponível em: . Acesso em: 25 de out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 71, de 20 de dezembro de 2018.** Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <[https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=150841&id\\_orgao\\_publicacao=0&\\_ga=2.5317557.720492941.1682978000-774645321.1682978000](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=150841&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.5317557.720492941.1682978000-774645321.1682978000)>. Acesso em: 02 de mai 2023.